

Segunda fase da dívida é negociada sem o FMI

Brasília — "Fechamos, sem recorrer ao FMI e sem pagar os débitos do Comind", comemorou, às 19 horas, alto funcionário do governo a conclusão do acordo entre o Brasil e os bancos credores para a rolagem de débitos externos relativos a este ano e a 1985, no valor de 31 bilhões 500 milhões de dólares.

A rolagem de 16 bilhões de dólares relativos a créditos de longo prazo — o chama-do "projeto B" — obteve até o início da noite de ontem 97% de adesão dos bancos internacionais, após a concordância dos quatro principais bancos canadenses — Canadian Imperial Bank of Commerce e Toronto Dominion Bank entre eles —, os últimos a resistirem, sob o argumento de que o Brasil deveria recorrer ao Fundo Monetário Internacional.

— Uma adesão de 97% é mais do que suficiente, pois para entrar em vigor o projeto B só precisava da concordância de 95% dos credores — disse a fonte.

Na segunda-feira, apesar do feriado do Dia do Trabalho nos Estados Unidos, os principais bancos japoneses — Long Term, Nippon, Sumitomo e Industrial — finalmente cederam às pressões e enviaram a Nova Iorque suas procurações aos coordenadores da renegociação da dívida, assegurando sua participação. De acordo com técnicos brasileiros que participaram dos entendimentos, a adesão ao "projeto C" — créditos comerciais — atingiu a 94%, e ao "projeto D" — créditos interbancários — chegou a 93% dos credores envolvidos.

- Mas o importante é que a maioria dos bancos que participa do projeto B também está engajada nos demais. A rolagem da dívida é, portanto, uma maneira de entrar nos demais projetos — informou autoridade monetária que assessorava as negociações na tarde de ontem.

— O Mellon Bank, de Chicago, ficou de fora e será tratado como um caso à parte — contou a fonte, reclamando que esse banco tem recebido tratamento de primeira linha das autoridades brasileiras, que têm íntimo

relacionamento com seus funcionários. O Paribas foi outra instituição que resistiu e deu dor de cabeça aos dirigentes do Banco Central, por questões semelhantes à dos bancos canadenses, mas finalmente aderiu.

O susto dos japoneses

A assinatura formal do acordo de rolagem de parte da dívida externa amanhã, em Nova Iorque, é muito importante para o governo do presidente José Sarney pelo menos por duas razões: ele exclui o aval do FMI, fato inédito nas relações internacionais entre credores e devedores; e encerra uma etapa que permitirá agora ao país iniciar negociações com o Clube de Paris, para o pagamento de 3 bilhões 300 milhões de dólares relativos a créditos vencidos em 1985 e este ano.

Por causa disso, os bancos japoneses chegaram a dar um grande susto nas autoridades brasileiras com suas restrições ao acordo, até o início da semana. Eles detêm cerca de 20% do total do valor de 15 bilhões 500 milhões de dólares e, se afinal se recusassem a participar, certamente comprometeriam todo o plano.

O clima de nervosismo inicial chegou a ameaçar o brilho da viagem do presidente José Sarney aos Estados Unidos na próxima semana, e aconteceu, segundo fonte do Ministério da Fazenda, porque os japoneses ainda não têm na Nova República o mesmo nível de diálogo que tinham com funcionários da velha, e por isso exageraram nas suas pressões e questionamentos.

Para isso, também colaborou o incidente ocorrido na semana atrasada, em Tóquio, quando o secretário-geral do Ministério do Planejamento japonês declarou ter ouvido do seu colega brasileiro, Henri Philippe Reichstul, que o governo Sarney não pagaria parte da dívida externa. O ministro João Sayad chegou a chamar ao seu gabinete o embaixador do Japão no Brasil, a quem desmentiu pessoalmente a declaração e entregou-lhe uma nota do governo explicando o mal entendido. Tudo isso para aparar as arestas no rumo da conclusão do acordo.